

ÉTICA POLÍTICA

POLITCS ETHICS

Carlos Roberto de Oliveira¹

Daniel Gonçalves Monteiro²

Resumo: Este trabalho versa sobre a falta de ética no cenário político brasileiro. O tema foi tratado por meio da análise de obras escritas por dois grandes filósofos, os quais, cada um a sua maneira, defendiam a melhor forma de governar, e o papel da ética neste contexto. A ética política foi analisada na visão filosófica de Aristóteles e de Maquiavel. Para o primeiro, a felicidade social, a vida boa e digna somente seria alcançada se a cidade fosse governada por um homem sábio e com um caráter ético, e a participação dos cidadãos na vida pública era imprescindível para o bom funcionamento do governo. Maquiavel, em sua linha de raciocínio totalmente oposta, pregava que, para o príncipe ou governante manter-se no governo, ações imorais e pervertidas seriam aceitas; condutas éticas não eram necessárias, o importante seria manter-se no poder, dominar seu povo e ser temido pelos inimigos, de forma que todos respeitassem o governante. Assim, o panorama político é analisado sob estes dois prismas, com a finalidade de se discutir o porquê da falta de ética na política do país.

Palavras-chave: Ética; política brasileira; filosofia; Aristóteles; Maquiavel.

Abstract: This paper deals with the lack of ethics in the Brazilian political scene. The theme was dealt with through the analysis of works written by two

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade FUMEC. Professor. Pós-graduado em Direito Civil com ênfase em Direito Constitucional Civil, Direito Tributário e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete-MG. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete/MG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4726501074709862>

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade FUMEC. Graduado em Direito pelo Centro Universitário UNI-BH. Professor. Advogado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3900475181034779>

great philosophers, each of whom in his own way defended the best way to govern, and the role of ethics in this context. Political ethics was analyzed in the philosophical view of Aristotle and Machiavelli. For the first, social happiness, good and dignified life would only be achieved if the city were governed by a wise and ethical man, and the participation of citizens in public life was essential for the proper functioning of government. Machiavelli, in his line of totally opposed reasoning, preached that for the prince, the ruler, to remain in government could act immoral and perverted, ethical conduct was not necessary, the important thing is to remain in power, to dominate his people and to be feared by the enemies, so that all respected him. Thus, the political panorama is analyzed on these two prisms, in order to understand the reason for the lack of ethics in the country's politics.

KEYWORDS: Ethics; Brazilian politics; philosophy; Aristoteles; Maquiavel.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por temática a ética na política. Nos dias atuais, pode-se ver a todo momento, nos meios de comunicação, notícias sobre corrupção e maus atos de governo, descrevendo condutas imorais e muitas vezes ilegais – é nesse contexto que este trabalho é desenvolvido. Mas, para analisar a situação presente, foi necessário buscar subsídios em autores consagrados, usando a experiência que conseguiram alcançar em seus escritos.

Deste modo, os conceitos de ética e política foram analisados de acordo com as concepções filosóficas de Aristóteles e de Nicolau Maquiavel. A ética política pode ser definida como a parte da filosofia que aborda os fundamentos da moral; é o estudo dos valores que regem a conduta humana subjetiva e social. Esse é o parâmetro que se tem para julgar as ações que beneficiam ou prejudicam a vida humana, neste mundo e nesta sociedade.

Aristóteles (384-322 a.C.) foi um filósofo que viveu na Grécia do século IV a.C.; nasceu em Estagira, na Macedônia. Seu pai, que morreu quando Aristóteles ainda era criança, chamava-se Nicômaco e ocupou posto de médico do rei da Macedônia. Muitos estudiosos atribuem a essa origem familiar o

interesse de Aristóteles por assuntos relativos às ciências naturais. Muito jovem, Aristóteles entrou, aos dezessete anos, na Academia de Platão, onde permaneceu por vinte anos, embora sua doutrina filosófica se caracterizasse pela independência, distanciando-o de seu mestre. Após a morte de Platão, Aristóteles deixa a Academia e alguns anos mais tarde é convidado por Filipe, rei da Macedônia, para tomar a frente da educação do jovem Alexandre, herdeiro do trono. Quando Alexandre assume o poder, Aristóteles regressa a Atenas, após mais de dez anos de ausência. Fundaria, então, o Liceu, escola onde ensina até o ano de 322, quando, após a morte de Alexandre da Macedônia, seu antigo mestre é forçado a deixar Atenas. Aristóteles escreveu obras importantes, como “A Política e ética a Nicômaco”, que será analisada neste trabalho.

O outro filósofo escolhido para análise, com ideias totalmente diversas, é Maquiavel: nasceu em Florença, na Itália, no ano de 1469. Seu pai era advogado e membro de uma proeminente família italiana. Na época, no ápice do Renascimento, a Itália estava dividida em pequenos principados, enquanto outros países, como Espanha, Inglaterra e França eram nações unificadas. Durante a juventude de Maquiavel, Florença era governada pelo famoso Lorenzo Medici, o Magnífico.

Em 1492, Medici morreu e sua família foi expulsa de Florença, que se tornou uma república, em 1498. Aos 29 anos de idade, Maquiavel conquistou um alto cargo na administração civil da república. Ao longo dos quatorze anos seguintes, ele participou de diversas missões diplomáticas, tendo viajado pela França, Alemanha e pelo interior da Itália.

Em 1510, inspirado por leitura sobre a história romana, organizou uma milícia da República de Florença. Todavia, em agosto de 1512, um exército espanhol entrou na Toscana e saqueou Prato. Aterrorizados, os Florentinos depuseram seu governante, Pier Soderini, a quem Maquiavel havia caracterizado como “bom, porém fraco” (MAQUIAVEL, p.38, 1994) e permitiram a volta da família Medici ao poder.

Em 07 de novembro do mesmo ano, pouco após os Medicis assumirem novamente o poder, Maquiavel foi demitido de seu cargo e, no ano seguinte, foi preso por ter supostamente colaborado contra a família Medici. Ele foi

torturado, mas ainda assim insistiu ser inocente. Foi liberado naquele mesmo ano e, a partir de então, se isolou, vivendo em uma pequena propriedade em San Casciano, próxima a Florença. Sem perspectivas de conseguir uma nomeação para o novo governo, Maquiavel se dedicou a escrever livros.

Durante os 14 anos seguintes, Maquiavel escreveu diversos livros, como “A Arte da Guerra” e “História de Florença”, mas seu mais famoso trabalho foi, sem dúvida, “O Príncipe”. Nesta obra, objeto de análise deste trabalho, Maquiavel ensina que o príncipe deve ser forte, implacável com seus inimigos e temido pelo povo.

O Brasil tem passando por uma série de escândalos na política, o que traz questionamentos sobre a ética dos governantes. Tem-se, como exemplo, o escândalo do mensalão e o dinheiro nas cuecas de políticos – exemplos que causam desprestígio da política brasileira.

Aristóteles e Platão diziam, sobre os políticos, que deviam considerar a política como ocupação, em que o objetivo é realizar o bem comum. Já a visão de Maquiavel mencionava a política como a arte de conquistar e manter estável o poder, fazendo de tudo para que isso ocorra.

O mais preocupante, com relação a esta política tão escrachadamente corrupta, é a situação pela qual os representantes se dirigem, se justificam ou falam com o povo, como em relação ao mensalão, em que alguns dos acusados se referiam à situação de corrupção como “simples caixa dois de campanha”.

Alguns respeitados filósofos já caracterizaram os políticos como pessoas que se envolvem com atos satânicos, como Max Weber, que dizia que, se o sujeito se envolve com a política, ele não tem nada a perder, pois sua alma já estaria completamente perdida e vendida. Outros filósofos, como Aristóteles, Platão e Santo Tomas de Aquino, já acreditavam neste conceito de ética e política, em que a ética é horizonte da política e vice-versa.

Com base nestas obras, pretende-se chegar a uma conclusão sobre o porquê de a política brasileira aparentemente ser praticada com tanta falta de moralismo e de ética.

2 A ÉTICA NA VISÃO ARISTOTÉLICA

O homem é um ser natural que segue as leis da natureza. Deste modo, o homem age tendo em vista um fim específico e, portanto, ao agir, utiliza potências para realizar plenamente sua forma. Toda atividade humana tem como finalidade um bem. No caso da ética, este bem se manifesta no indivíduo que se prepara para viver com os outros na *polis*, pois, conforme ensina Aristóteles, o bem propriamente humano é o fim da política.

Mesmo que haja identidade entre o bem do indivíduo e o da cidade, é manifestamente uma tarefa mais importante e perfeita apreender e preservar o bem da cidade, pois o bem é certamente, amável mesmo para o indivíduo isolado, mas é mais belo e divino aplicado a uma estirpe e a uma cidade. (ARISTÓTELES, p. 10, 2001).

A ética para Aristóteles é uma investigação que constitui uma forma de política; em outras palavras: o indivíduo de quem ela trata é o homem vivendo na *polis*, onde o bem a que todo homem aspira é a felicidade. A felicidade é o conteúdo do bem ético, da ação moral.

Para Aristóteles, um bem pode ser maior que o outro e tal grandeza se mede pelo grau de autossuficiência alcançado por este bem, isto é, aquilo que é parte de todo o resto, torna a vida desejável e não carece de nenhum outro; o bem maior é a felicidade, que se enquadra em todos os requisitos.

O bem é sempre uma excelência, e o bem ético consiste numa atividade da alma, de acordo com a virtude, isto é, numa vida virtuosa realizada plenamente. Deste modo, a felicidade não pode ser obra de uma vida inteira. O bem ético, ou seja, a felicidade é, portanto, obra de toda uma vida, não sendo alcançado imediatamente e tampouco de forma definitiva, sendo um exercício cotidiano que a alma realiza, durante todo tempo de seu existir.

Aristóteles liga, de forma intrínseca, o bem com a ética, considerando o bem como um fim perfeito, que basta por si só, tornando a vida desejável, e para ele uma vida desejável é sem dúvidas uma vida feliz. Deste modo, a felicidade é um conjunto de bens, sendo, portanto, a finalidade das ações humanas. A felicidade estaria afastada dos prazeres, tido para ele como uma baixa escrava, tanto da plebe como da nobreza (ARISTÓTELES, 2001). A

felicidade não é sinônimo de riqueza, pois esta seria somente motivo de cansaço humana, sendo um meio e não um fim da atividade humana.

Segundo Aristóteles, o objetivo da ética seria alcançar a felicidade. Deste modo, para tal objetivo, a ética deveria estar subordinada à política, pois somente esta seria capaz de proporcionar vida digna e feliz a seus cidadãos. Em sua obra “Ética a Nicômaco”, mais precisamente, no livro II, Aristóteles expressa de maneira clara o intuito, o propósito, o objetivo e o sujeito do estudo da ética.

Estou falando da excelência moral, pois esta que as relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e meio termo. Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e de um modo geral, prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e em ambos os casos, isto é bom, mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetivos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto é característico da excelência. Há também, da mesma forma, excesso, falta e meio termo em relação às ações. Ora, a excelência moral se relaciona com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto, ser louvado e estar certo são características de excelência moral. A excelência moral, portanto, é algo como equidistância, pois, como já vimos, seu alvo é o meio termo, ademais é possível errar de várias maneiras, ao passo que só é possível acertar de uma maneira (também por razão é fácil errar e difícil acertar – fácil errar o alvo, e difícil acertar nele), também é por isto que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral, pois a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla (ARISTÓTELES, 2001, p. 42).

Este é, portanto, o posicionamento de Aristóteles no Estudo da ética. A excelência moral envolveria uma equidistância, sendo, seu alvo, meio termo, com a possibilidade de errar de várias maneiras, ao passo que a possibilidade de acertar seria difícil.

2.1 A Ética e as Virtudes

Por virtude, Aristóteles compreende uma prática, os homens não nascem virtuosos, as virtudes são adquiridas ao longo da existência, assim como os vícios. Para Marilena Chaui, a virtude, na visão de Aristóteles, seria:

O que é a virtude? A medida entre os extremos, a moderação entre os dois extremos, o justo meio, nem excesso nem falta. Moderar, em grego, se diz *medo*, ação que impõe o médio/medida, *mésos*, é uma

ação-decisão de impor limites ao que, por si mesmo, não conhece limites. Moderar (medo) é pensar, ponderar, equilibrar e deliberar. A ética é a ciência da moderação ou, como diz Aristóteles, da prudência (*phrónesis*). A virtude é virtude de caráter ou de força de caráter educado pela moderação para o *mesótes*, o justo meio ou a justa medida. (CHAUI, 2002, p. 312).

A virtude, portanto, seria a forma mais plena de excelência moral, não podendo existir, assim, seres incompletos, mal formados, ou em formação. Esta característica moral somente pode ser adquirida com a prática das virtudes, sendo, antes de tudo, uma disposição de caráter do próprio ser. Para que um homem consiga adquirir a virtude, é necessário que saiba utilizar certos processos de vivência com propriedades e acertos, como: conhecer, julgar, ponderar, discernir, calcular e deliberar. A virtude, como excelência moral, não consiste em conhecer o bem, mas, antes, em praticá-lo, pois somente através de hábito firmado pela repetição de atos bons pode-se conduzir a ação reta.

2.2 A ética e a Justiça

Os termos justiça e injustiça são analisados por Aristóteles em seu livro “Ética a Nicômaco”. O homem justo poderia sê-lo de duas formas: por respeito à lei, ou por respeito à igualdade. Assim, o injusto poderia sê-lo por desrespeito à lei ou à igualdade. Para Aristóteles, a justiça da lei não é completa, sendo justa somente em certo sentido, uma vez que a justiça pode ter várias dimensões. As leis devem ser feitas com base no princípio da generalidade, ou seja, a mesma lei deve ser aplicada a todos os cidadãos, justamente por seu caráter genérico. Em situações específicas e na aplicação em casos concretos, a lei pode acarretar possíveis desigualdades e consequentes injustiças (ARISTÓTELES, 2001).

Como a virtude aristotélica só é alcançada por meio do hábito, da constância da ação, a equidade praticada na ação particular só poderia chegar ao gesto da equidade no sentido universal, social. A justiça é uma qualidade de alma do sujeito, uma virtude louvável e desejável por todos os seres humanos.

A injustiça pode ser tratada sob dois sentidos: quando contrária à virtude, ter-se-á uma imoralidade, pois tal injustiça contraria os princípios éticos, morais; quando a injustiça contraria a lei, esta injustiça tem relação com

o social, sendo, no caso, uma injustiça no sentido restrito. Aliás, a linguagem corrente recolheu precisamente a expressão injustiça para o segundo caso, sendo raro o seu uso no primeiro.

O que se deve compreender é que a justiça está no meio, enquanto as injustiças estão nos extremos. A justiça deve ser considerada como uma disposição da alma do homem justo, que, por ser dela dotado, tem a capacidade de ser um reto repartidor, quer entre outros, quer entre si e os outros, tomando para si somente o que lhe é devido, atribuindo a cada um o que é seu por direito.

A injustiça será precisamente o inverso; é o homem injusto, o que age contrariamente a este equilíbrio.

2.3 A Ética, a Felicidade e a Amizade

A felicidade para Aristóteles seria a mais alta de todas as virtudes humanas, sendo considerada por ele como uma atividade da alma, em busca de uma virtude perfeita.

A felicidade suprema seria alcançada quando, por meio das atividades desenvolvidas nos limites das faculdades humanas, conseguir-se transformar o estado de potência em ato. Nenhum ser humano alcançaria a verdadeira felicidade enquanto potência, pois somente em razão da prática constante e habitual das boas ações o homem se realizaria em sua plenitude (ARISTÓTELES, 2001).

Aristóteles, ao analisar a natureza da amizade, esclarece que a verdadeira amizade supõe convívio, semelhança, tempo e intimidade. Deste modo, para ele, se o amor é emoção, a amizade seria disposição de caráter, o que justifica a racionalidade na escolha daqueles que serão nossos amigos. Amizade supõe, portanto, um pacto de reciprocidade, de afeição e de generosidade no sentimento; como se acompanhadas por amigos, as pessoas se revelassem mais capazes para melhor agir (ARISTÓTELES, 2001). Aristóteles explica a importância da amizade na vida política:

Mesmo quando viajamos para outras terras podemos observar a existência generalizada de uma afinidade e afeição natural entre as pessoas. A amizade parece também manter as cidades unidas e parece que os legisladores se preocupam mais com ela do que com a justiça; efetivamente, a concórdia parece assemelhar-se à amizade, e eles procuram assegurá-la mais que tudo, ao mesmo tempo em que repetem tanto quanto possível o faccionismo, que é a inimizade nas cidades, quando as pessoas são amigas não tem necessidade de justiça, enquanto mesmo quando são justas elas necessitam da amizade; considera-se que a mais autêntica forma de justiça é uma disposição amistosa. E a amizade não é somente necessária; ela também é nobilidade, pois louvamos as pessoas amigas de seus amigos e pensamos que uma das coisas mais nobilitantes é ter muitos amigos, além disso, há quem diga que a bondade e a amizade se encontram nas mesmas pessoas (ARISTÓTELES, 2001, p. 156).

Essa proposição de ética dirigida à disposição do caráter para relações amistosas exige, sobretudo, “boa vontade” – expressão que Aristóteles define como sendo “um início de amizade, da mesma forma que o prazer de olhar é o início do amor” (ARISTÓTELES, 2001, p. 180).

A concórdia seria, por seu turno, o indício mais pleno da “amizade política” e política em Aristóteles é interesse público, bem comum, justiça e equidade. O objetivo da associação política não seria, pois, apenas o viver em conjunto, mas fundamentalmente o bem viver em conjunto.

3 A POLÍTICA DE ARISTÓTELES

Na obra “A Política”, Aristóteles concebe a ciência política como filosofia das coisas humanas. A política, mais que um tratado, é uma coleção de formulações que tratava de confrontar o bem supremo com os regimes da cidade-estado. Na obra mencionada, a política pode ser considerada como uma continuidade do livro “Ética a Nicômaco”, onde, no último parágrafo, Aristóteles escreve:

Primeiro, procuraremos rever o que foi dito pelos nossos predecessores que investigaram este assunto, depois, com base na nossa recolha de constituições, consideraremos o que preserva e o que destrói as cidades bem como as respectivas constituições e quais são as causas de que umas sejam bem governadas e outras não. Estudadas estas questões, podemos compreender melhor qual a melhor constituição, como cada uma deve ser ordenada a de que leis e costumes carecem (ARISTÓTELES, 2001, p. 239).

Baseados nesta perspectiva, por meio das obras “A Política” e a parte final de “Ética a Nicômaco”, tornam-se mais claros os arranjos sucessivos introduzidos na política, transparecendo a preocupação de descrever o melhor regime de acordo com critérios derivados de considerações sobre o bem. A melhor cidade será aquela em que for possível a felicidade obtida pela vida criativa da razão, e onde a felicidade individual deve corresponder à cidade feliz.

3.1 A natureza da cidade

A cidade, por sua vez, resulta da associação de varias aldeias, vilas e lugarejos e é a uma comunidade superior, que constitui o fim por natureza, para o qual tendem as anteriores associações; caracteriza-se pela autossuficiência e por promover uma vida boa; possui um poder político, em contraposição ao poder paterno, cuja natureza visa liberar o indivíduo dos modos deficientes e incompletos de associação, abaixo ou acima do nível de plena realização da *polis*. A política é libertadora, e é neste contexto que surge a mais célebre das ideias da obra: “O homem é, por natureza, um ser vivo político” (ARISTÓTELES, 1981, p. 35).

Por natureza social, o homem se realiza através da comunidade social e política. O indivíduo isolado torna-se insociável e apolítico, comportando-se “como um deus ou uma besta” (ARISTÓTELES, 1981).

Aristóteles situa a evolução da cidade no quadro da história. O impulso inicial do fundador e o processo político do legislador são tão decisivos quanto o processo orgânico de crescimento da cidade, contudo estas ações não impedem a livre intervenção do sujeito humano.

3.2 A forma da cidade

Para Aristóteles, a cidade é como um composto, uma multidão diversificada, de que cada cidade é uma parte. O legislador deve conhecer os regimes, constituição, ordem constitucional, forma de governo, regime constitucional (ARISTÓTELES, 1981).

Sendo a cidade um complexo, em que um dos elementos é o cidadão, resta saber o que é um cidadão para Aristóteles. Para esclarecer sobre isso, o filósofo procede por eliminação de critérios.

Assim, a residência no território é critério insuficiente para classificar alguém como cidadão, porque estrangeiros e escravos também a podem possuir. O direito de processar e ser processado judicialmente são insuficientes; podem ser assegurados aos estrangeiros, mediante tratado. A descendência materna ou paterna também não basta; colocam um problema de *regressus as infinitum*; e os fundadores da cidade acabariam por não se enquadrar no critério.

Assim, cidadão é, verdadeiramente, o que participa na vida política, através de funções deliberativas ou judiciais; e designa-se por cidade a multidão de cidadãos em número suficiente para alcançar a autarquia.

3.3 A pluralidade dos regimes

Para Aristóteles, regime político pode ser considerado como sendo um regime que “pode ser definido como a organização da cidade no que se refere a diversas magistraturas e, sobretudo, as magistraturas supremas; em qualquer cidade, o elemento supremo (Kyrion) é o governo, e o governo é o próprio regime” (ARISTÓTELES, 1981, p. 139).

Segundo Aristóteles, a justiça consiste na igualdade de tratamento para os iguais e no tratamento desigual para os que têm méritos desiguais. Quando um destes princípios parciais de justiça é aplicado isoladamente, criam-se conflitos; os possuidores de riquezas tendem a generalizar a sua desigualdade relativa; os que são iguais em liberdade de nascimento generalizam esta sua característica. Os conflitos entre ricos e pobres não podem ser resolvidos em favor exclusivo de uma das partes, nem minorado por uma solução contratual.

O regime político perfeito, para Aristóteles, não se pode reduzir a uma fórmula política definitiva. Compete, à ciência política, examinar, sucessivamente, “a melhor forma de regime em absoluto”; “a forma melhor tendo em conta as circunstâncias”; “a forma de regime que se estabelece

segundo um pressuposto”; e “a forma de regime que melhor convém ao conjunto de todas as cidades” (ARISTÓTELES, 1981, p. 64).

3.4 A ciência política e a vida nas cidades

A Ética estuda o que é o bem supremo, a partir do conhecimento da natureza humana e procurando saber em que consiste a felicidade. Já a finalidade da ciência política é estudar o bem humano na vida política, a felicidade da *polis* é mais completa que a do indivíduo.

Em sua política, Aristóteles, reportando-se à Ética, destaca que sua ideia de felicidade se alia à identificação do melhor governo, compreendendo-se este melhor governo como “aquele em que cada um melhor encontra aquilo de que necessita para ser feliz” (ARISTÓTELES, 1981, p. 45). Um estado pode ser feliz nos termos de Aristóteles, caso mantenha virtude e prudência.

Na vida coletiva, assim como na conduta individual, Aristóteles entende o hábito como o grande princípio regulador da ação.

Para Solange Vergnières, Aristóteles situa o *ethos* como o regulador, o princípio e o fim da conduta.

[...] adquire-se tal ou tal disposição ética agindo de tal ou tal maneira. O caráter não é mais o que recebe suas determinações da natureza da educação, da idade, da condição social; é o produto da série de atos dos quais sou o princípio. Posso ser declarado autor de meu caráter, como o sou dos meus atos (VERGNIÈRES, 1999, p. 105).

Na vida nas cidades, a felicidade pública não difere da felicidade privada. A felicidade somente poderá ser alcançada quando se busca a felicidade comum, para tanto, é necessário que os cidadãos participem ativamente da vida política, pois somente esta poderá proporcionar tal felicidade.

4 A ÉTICA E A POLÍTICA NA VISÃO DE MAQUIAVEL

Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”, busca formar um conjunto de conselhos para se alcançar o poder e para que, uma vez alcançado este, os

governantes se mantenham em seu exercício. Maquiavel inicia “O Príncipe” descrevendo os dois principais tipos de governo: as monarquias e as repúblicas; o seu estudo se restringe à monarquia.

Maquiavel defende que o príncipe deve evitar fazer coisas que o façam ser odiado, o que se realiza ao não confiscar a propriedade, nem dar mostra de avidez ou de desinteresse, pois a melhor maneira de não ser deposto é evitar ser odiado.

Para Maquiavel, entre as qualidades de um príncipe, está a liberdade, que não deveria ser realizada de forma oculta, de forma que não percesse, pois se assim o fosse, o príncipe teria a fama de mesquinho, em nada adiantando ter praticado a liberdade. Mas, ao desejar para si a fama de liberal, deve fazê-lo com sabedoria, para não dissipar todos os seus bens e, por conseguinte, ficar na miséria:

Começando, pois, pelas primeiras qualidades que mencionei, digo que seria bom o príncipe ser tido por liberal; não a liberdade usada de modo que o não pareça, que essa te prejudica, porque se ela se usa virtuosamente e como se deve usar, não será conhecida e por conseguinte não te evitará a fama contrária. A querer manter entre os homens a fama de liberal é preciso não descuidar nenhuma espécie de suntuosidade; de modo que sempre um príncipe desta natureza consumirá todos os seus haveres em obras semelhantes e ver-se-á, por fim, na necessidade de agravar extraordinariamente os povos, recorrer a toda a espécie de impostos e fazer todas aquelas coisas que se podem fazer para obter dinheiros. Isto começará a torná-lo odioso aos olhos dos súbditos e pouco estimado de todos, por tornar-se pobre; de modo que, com esta sua liberalidade, tendo ofendido muitos para premiar poucos, sente as primeiras necessidades e periga ao primeiro risco; e se assim que o reconhece quer retroceder, logo incorre na fama de mesquinho. (MAQUIAVEL, 1994, p. 38).

O bom príncipe (político) deve ter entre as suas maiores preocupações a precaução de não se tornar desprezível ou odioso. Se a generosidade for praticada em segredo, ninguém o saberá e ele será considerado ganancioso. Se for praticada abertamente, a necessidade de manter a sua reputação poderá levá-lo à bancarrota. Terá então necessidade de retirar mais dinheiro de seus súbditos.

Maquiavel acreditava na capacidade humana de determinar seu próprio destino. Para ele, os fins justificam os meios; um governante deveria fazer qualquer coisa para atingir seus objetivos. Ao escrever “O Príncipe”, Maquiavel

desejava guiar os governantes, alertando-os sobre as armadilhas da selva política. Seu livro é um manual de autopreservação para líderes mundiais.

Para que o governante permaneça no poder, é necessário que este tenha coragem para praticar todos os atos necessários para a sua manutenção, ainda que imorais. Um líder não deve ter medo de agir, não deve ter medo de seus inimigos, deve agir com prudência e humanidade, e com certeza terá seu governo garantido por muito tempo.

5 O PANORAMA POLÍTICO ATUAL

A presente conjuntura brasileira tem sido marcada por um suceder de crises políticas emaranhadas em outras de natureza econômica e social. Este contexto, se não faz o país retroceder, tampouco o fez avançar na direção do aprimoramento democrático do sistema político brasileiro.

A ineficiência dos governos em tratar de solucionar os problemas econômicos e sociais que afetam a porção majoritária da população brasileira, a onda de denúncias de práticas de corrupção em órgãos públicos envolvendo lideranças políticas importantes, e a sensação de insegurança, resultante não apenas da violência urbana, mas também de instabilidade econômica de natureza variada, são elementos que se combinam para formar o pessimismo geral que se tem alastrado, em relação aos frutos do sistema político brasileiro, para uma população que, em sua maioria, tem mostrado pouco apego aos valores democráticos.

A elaboração da Constituinte de 1988 ilustra a complexidade que cercou o processo de democratização brasileiro. No que se refere ao seu conteúdo, a despeito de várias imperfeições, a Constituinte representou um avanço significativo. Mecanismos de uma democracia representativa foram garantidos, como o plebiscito, o referendo e o direito da população de proposição de projeto de lei.

Além disso, houve uma desconcentração do poder em consequência do fortalecimento do legislativo, do judiciário e dos níveis subnacionais de governo, bem como, da total liberdade de organização partidária.

A falta de integração na interação das funções do Legislativo, Judiciário e Executivo, suprime as formas implícitas de fiscalização mútua entre as várias estruturas de decisão, pecando por não atuarem de forma mais rígida no combate à corrupção que possa existir entre eles.

Este contexto é agravado pela falta de vínculo entre os grupos governamentais e a sociedade, dificultando, assim, a formação de um comportamento ético na política e na atividade burocrática que executa.

As propostas políticas, as alianças firmadas entre partidos, ou entre governo e partidos políticos são traçadas de forma artificial, com o objetivo claro de mero meio para a manutenção do poder.

As reformas políticas não traduzem a real necessidade política do país, com suas bases teóricas, fracas e confusas. Junte-se ainda, a este quadro, a pouca memória do brasileiro para acontecimentos políticos imorais, a falta de interesse pela política e a inexistência de educação política para o cidadão. Tem-se, assim, uma repetição de corruptos no poder, como se a praga da corrupção já estivesse arraigada em todas as áreas e níveis governamentais.

Deste modo, diante do exposto, pode-se perceber que este contexto político e social é, em muito, agravado pela falta de compromisso ético de nossos representantes políticos. Assim, a pergunta que se faz é: qual o melhor modelo político a ser seguido para alcançar um futuro melhor para o país e, conseqüentemente, termos condições mais dignas de existência para a população? Qual deveria prevalecer; o modelo ético de Aristóteles, ou a forma de governar ensinada por Maquiavel?

6 CONCLUSÃO

É fato incontroverso, em nosso país, a crise política enfrentada, bem como, a sucessiva onda de denúncias e escândalos políticos envolvendo as três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal, estando, a palavra ética, ou melhor, a falta de ética sempre associada a estes escândalos.

Para Aristóteles, a população somente seria feliz quando encontrasse a felicidade da cidade, ou seja, quando toda a população fosse feliz. Para isso, a cidade precisaria ser governada por um homem virtuoso e sábio. Para ele, a

ética é uma disposição de caráter, ou seja, é a prática constante, o hábito de se praticar condutas virtuosas, que tornará o homem com um caráter ético. Somente a sabedoria em escolher a virtude em detrimento do vício poderia levar o homem a ser um bom governante.

Aristóteles prega a necessidade de os cidadãos terem uma vida politicamente ativa, como pressuposto para se alcançar uma vida boa e digna. Ele defendia o governo das leis e a participação popular.

O oposto é ensinado por Maquiavel, para quem o governante, para se manter no poder, poderia usar de todos os meios necessários. Para ele, a única sabedoria necessária para um bom governante era saber distinguir que decisão tomar em determinada situação, ainda que para isso fosse necessário agir de forma mesquinha e imoral. Para manutenção do poder, podia-se oprimir, mentir, trapacear, dar a palavra e voltar a traz; a única recomendação era não se fazer odiado.

Os ensinamentos de Aristóteles, por serem firmados sobre os valores éticos e morais, certamente são os desejáveis para ser adotados por qualquer político na administração do poder público. A maioria dos cidadãos ficaria feliz de ser governada por políticos que pautassem a sua vida política nos ensinamentos de Aristóteles. Mas a realidade parece não cooperar com este sonho; o que se percebe é que a grande maioria de políticos brasileiros preferem seguir o manual de sobrevivência de Maquiavel, usando todas as armas para se manterem no poder, usando o dinheiro público para comprar a sua manutenção no poder. A ética na vida pública parece um sonho distante, quase irreal, no qual a quase totalidade da população não acredita mais.

A ética na política existe, pelo menos, no papel; porém ela não é utilizada corretamente. O político, assim como o agente político, não pode, a nenhum momento, desprezar a ética na sua conduta, e ética no sistema político não é apenas a distinção do legal e do ilegal, do moral e do imoral, mais sim, sempre visar o bem comum a todos e um bem estar social, buscando assim um equilíbrio entre a legalidade e a moralidade.

Como a ética é disposição de caráter, que não se adquire de uma hora para outra, mas se adquire com a prática constante de atos virtuosos, pode-se concluir que, para o problema da falta de ética na política brasileira, não existe

uma solução imediata. É necessário educar os homens, inculcando, neles, desde a mais tenra idade, os bons hábitos, que se tornarão virtude com o passar dos anos, e formarão, nestes cidadãos, um caráter ético. Conseqüentemente, criará neles a consciência política, a consciência da necessidade de participar ativamente da vida pública, e assim não mais se elegerão homens que consideram normal agir a qualquer custo para se manterem no poder.

A ética pode ser definida como a parte da filosofia que aborda os fundamentos da moral, é o estudo dos valores que regem a conduta humana subjetiva e social. É o parâmetro que se tem para julgar as ações que beneficiam ou prejudicam a vida humana neste mundo e nesta sociedade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Mário Gama Kury. 4ª Ed. Brasília: UNB, 2001.

ARISTÓTELES, **Arte Política**, in: A poética clássica. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1981.

ARISTÓTELES, **Tratado da política**. trad: M. de Campos, Lisboa: Europa-Américas, s/d.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAQUIAVÉL. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 1994.

VERGNIÉRES, Solange. **Ética e política em Aristóteles**: physis, ethos, nomos. São Paulo: Paulus, 1999.